

Bancada ruralista se articula para derrubar vetos ao Código Florestal

No STF, ações do Ministério Público questionam constitucionalidade de alguns dispositivos da nova lei.

Mal entrou em vigor, o novo Código Florestal (Lei 12.651/12) inicia 2013 em meio a polêmicas. No Congresso, a bancada ruralista se articula para derrubar os vetos da presidente da República, Dilma Rousseff, ao texto.

O vice-líder do DEM e integrante da Frente Parlamentar do Agronegócio, deputado Ronaldo Caiado (GO), quer aproveitar a análise de mais de 3 mil vetos presidenciais, que o Congresso poderá fazer em fevereiro, para resgatar o texto aprovado pelos parlamentares, sobretudo quanto à recuperação de áreas de preservação permanente (APPs).

"Foi acordado que a recuperação das áreas que já estão produzindo teria uma escala em menor proporção, ou seja, elas teriam de ser avaliadas sobre a real necessidade de sua preservação. E, no caso dos cursos d'água acima de 10 metros, teríamos uma graduação menor na metragem. Esse foi o acordo feito e que, infelizmente, não foi respeitado pela presidente", argumenta Caiado.

Vetos

O projeto original (PL 1876/99) do novo código, aprovado pelos parlamentares em maio do ano passado, já havia sofrido vetos parciais, que foram complementados pela Medida Provisória 571/12. Essa MP (convertida na Lei 12.727/12), porém, após ser modificada pelos parlamentares, também teve nove itens vetados por Dilma, em outubro, sob o argumento de não anistiar desmatadores e garantir a inclusão social no campo.

Desde então, um decreto presidencial resgatou a chamada "escadinha", que traz regras diferentes de recomposição das margens desmatadas de rios, de acordo com o tamanho da propriedade.

Ministério Público

O novo Código Florestal também é alvo de três ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) movidas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), no Supremo Tribunal Federal (STF). O Ministério Público questiona vários dispositivos da nova lei, entre eles a definição de APPs, a redução da reserva legal e a chamada anistia para quem desmatou até julho de 2008. O Partido Verde divulgou nota em apoio à iniciativa dos procuradores.

O coordenador de política e direito do Instituto Socioambiental, Raul do Valle, avalia que, apesar do atual momento de insegurança jurídica, o pior cenário seria a manutenção de uma lei que, segundo ele, possui itens inconstitucionais e que afetam o equilíbrio ecológico. "Não há dúvida de que haverá insegurança jurídica. Esse é o preço que os parlamentares que quiseram aprovar essa lei colocaram para a sociedade."

Valle lembra que, na história recente do Supremo, poucos casos de relevância e complexos como a legislação ambiental foram decididos rapidamente. "Então, nesse contexto, acho que o ideal é implementar a lei e aguardar o que vai mudar. Acho difícil o STF derrubar a lei inteira, mas, muito provavelmente, retirará alguns pontos importantes, sobretudo no que diz respeito à anistia", complementa.

Nas ações encaminhadas ao Supremo, o Ministério Público pede a concessão de liminar para a suspensão imediata dos dispositivos questionados no novo código,

até o julgamento final do caso.

Fonte: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

## STF

---

Liminar garante a prefeita de Pombal (PB) permanência no cargo

---

Supremo nega pedido do PSDB e DEM contra MP que abre créditos extraordinários

---

## TST e TRTs

---

TST - Alcoolismo crônico não pode justificar dispensa de trabalhador

---

TST - Terceirizada proibida de tomar água no trabalho ganha indenização

---

TST - Turma não reconhece vínculo de emprego entre manicure e salão de beleza

---

TRT22 - Justiça do Trabalho é competente para julgar relação trabalhista de brasileiro ocorrida em outro país

---

TRT23 - Empresa terá que pagar R\$ 8 mil por privar trabalhador menor de frequentar escola

---

## TRFs

---

TRF1 - Isenção de imposto de renda por motivo de doença grave não pode ser repassada a pensionista

---

TRF1 - Licenciado em educação física só pode trabalhar em áreas formais da educação

---

TRF1 - Professor universitário é inocentado de atos de improbidade administrativa

---

TRF2 - Tribunal mantém atuação da Prefeitura de Vitória, que multou a Anvisa por funcionar sem alvará

---

TRF4 - Tribunal determina que INSS credencie médicos particulares para a realização de perícias em SC

---

TRF5 - Negada liberdade para acusados de tráfico internacional

---

Tribunais Estaduais

---

TJAM - Justiça determina plano de saúde a pagar material para cirurgia de usuário

---

TJCE - Acusado de latrocínio em Canindé é condenado a mais de 23 anos de prisão

---

TJCE - Unimed Fortaleza deve realizar cirurgia em paciente com pedra na vesícula

---

TJDFT - Clínica dermatológica e médico são condenados por danos morais e estéticos causados por depilação a laser

---

TJDFT - Concessionária indenizará cliente por não transferir veículo

---

TJES - Abuso de autoridade é caso para Justiça Comum

---

TJGO - Prefeitura de Goiânia terá de quitar dívida trabalhista

---

TJGO - Tribunal derruba mandado que impedia AGR de apreender veículo que fazia transporte irregular de passageiros

---

TJMA - Alto Parnaíba: Liminar manda ex-gestor devolver documentos à prefeitura

---

TJMA - Ex-prefeitos terão que devolver dinheiro público

---

---

TJMG - Casal vai a júri popular

---

TJMG - Júri em Uberlândia condena motorista por atropelamento e morte

---

TJMG - Pais são obrigados a matricular filhos na escola

---

TJMS - Consumidora que teve nome inscrito indevidamente no SPC será indenizada

---

TJPA - Tribunal do Júri de Santarém absolveu acusado de participação na morte de adolescente

---

TJPE - Atleta ganha direito a procedimento cirúrgico pela segunda vez

---

TJPR - Filha menor de vítima de acidente de trânsito deve ser indenizada por seguradora que pagou a indenização securitária aos pais do acidentado

---

TJPR - Instituição bancária é condenada a indenizar cliente cujo nome foi inscrito indevidamente em cadastros restritivos de crédito

---

TJPR - Município é condenado a indenizar pessoa que sofreu graves ferimentos em acidente ocorrido com ônibus da rede de transporte coletivo

---

TJRJ - Barata na comida gera indenização a cliente

---

TJRJ - Juiz recebe denúncia de suposta quadrilha de hackers presa em Búzios

---

TJRN - Justiça mantém multa contra companhia de telefonia celular

---

TJRO - Justiça mantém condenação de falso fiscal da prefeitura de Ji-Paraná

---

TJRS - Autorizada interrupção da gravidez de adolescente

---

TJRS - Envolvidos em briga estão impedidos de assistir a jogos do Grêmio na Capital

---

TJRS - Mantida prisão de homem que descumpriu medida protetiva

---

TJSC - Condomínio não pode deliberar sobre destino de imóvel comercial alheio

---

TJSC - Consumidora demora 10 meses para reclamar vício e perde direito à reparação

---

TJSC - Desgosto após desilusão amorosa é normal em relação e não causa abalo moral

---

TJSC - Pai não comprova que filho maior largou estudos e deverá pagar alimentos

---

TJSP - Estelionatária deve prestar auxílio a entidade de assistência a crianças com câncer

---

TJSP - Funcionárias de restaurante são condenadas por estelionato e a restituir valor desviado

---

TJSP - Mantida indenização a estudante que interrompeu curso de bacharelado

---

TJSP - Para Tribunal, falta de sinalização não anula multa por burlar rodízio de veículos

---

Demais Órgãos

---

MPF/CE - Ministério Público Federal quer que governador do Ceará devolva dinheiro usado em show de Ivete Sang

---

MPF/GO - Ministério Público Federal move ação contra resolução do Conselho de Medicina que "facilita" morte de pacientes

---

MPF/GO - Ministério Público Federal recorre ao TRF-1 para assegurar tratamento de câncer

---

MPF/PA - Ministério Público Federal insiste que ação contra mineradora da Vale deve ser julgada no Pará

---

MPF/PA - Ministério Público Federal pede que Justiça obrigue Y. Yamada a trocar produtos defeituosos

---

MPF/RJ - Ministério Público Federal move ações para combater areais irregulares em Duque de Caxias

---

---

MPF/TO - Recurso do MPF requer suspensão de direitos políticos de Stalin Bucar, já condenado por improbidade